



PARECER DE RELATORIA AO PROJETO DE LEI Nº 551/2023

*Proíbe sob pena de multa e outras sanções
o emprego da telemedicina em
procedimentos de aborto no Estado de
Tocantins.*

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

RELATOR: Deputado Professor Júnior Geo

I - RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei n.º 551/2023, de autoria do Ilustre Deputado Aldair Gipão, que dispõe sobre Proíbe sob pena de multa e outras sanções o emprego da telemedicina em procedimentos de aborto no Estado de Tocantins.

Consoante a justificativa articulada pelo parlamentar, a proposição propõe a proibição do uso da telemedicina em assistência a abortos cometidos naqueles



estritos casos em que a lei determina não ser a prática punível, ainda que de modo a proibi-los, justamente por se tratarem de crimes suscetíveis de persecução criminal.

Argumenta que o abuso sexual é uma violação grave dos direitos humanos, que causa traumas físicos e psicológicos às vítimas. É fundamental que o Estado se comprometa a proteger e apoiar essas vítimas, garantindo que elas recebam cuidados médicos adequados e apoio psicológico imediato.

A propositura foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para receber parecer acerca de sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 46, I, "a", combinado com o art. 73, I, do Regimento Interno.

É a breve síntese do procedimento, passo à fundamentação.

II – ANÁLISE

No que tange à iniciativa legislativa, a presente propositura não se insere no rol das matérias de competência privativa, conforme delineado no artigo 27, § 1º, da Constituição do Estado. Desta forma, não se vislumbra qualquer impedimento para que qualquer membro do Parlamento exerça a prerrogativa de apresentar projeto de lei sobre o assunto em questão.

A iniciativa mostra preocupação com o uso da telemedicina para a interrupção de gravidez em casos não criminalizados pelo Código Penal.

O Autor pretende evitar qualquer possibilidade de burla.



A Lei 13.989, de 2020, salienta que “a prestação de serviço de telemedicina seguirá os padrões normativos e éticos usuais do atendimento presencial”. Esse raciocínio nos leva a inferir que ações criminosas ou ilícitas estariam já proibidas de modo geral, sem particularizar as possíveis condutas além do abortamento ilegal, mas intervenções como auxílio ao suicídio, por exemplo.

Outrossim, não se verificam quaisquer óbices de natureza jurídica ou constitucional que possam obstar a aprovação da presente propositura, uma vez que a matéria tratada harmoniza-se com os preceitos legais vigentes, respeitando tanto a competência legislativa quanto os direitos fundamentais dos cidadãos.

III – VOTO

Ante ao exposto, verifico a constitucionalidade da matéria e adequação à técnica legislativa, motivo pelo qual voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n.º 551/2023, de autoria do Deputado Gipão.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 12 de agosto de 2024.

JOSE LUIZ PEREIRA
JUNIOR:69385912100
PROFESSOR JUNIOR GEO

Assinado de forma digital por
JOSE LUIZ PEREIRA
JUNIOR:69385912100
Dados: 2024.09.10 10:42:12 -03'00'

Relator



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



DESPACHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a) Relator(a) Senhor(a) Deputado(a) Prof. Júnior Geo, referente ao(a) PL n.º 551 / 2023.

OBS:.....

Encaminhe-se (a)(ao) Comissão de Finanças, Tribu-
tação, Fiscalização e Controle.

Sala das Comissões, do de Setembro de 2024

Deputado NILTON FRANCO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

MEMBROS EFETIVOS

Dep. GIPÃO()
Dep. CLAUDIA LELIS()
Dep. CLEITON CARDOSO()
Dep. NILTON FRANCO()
Dep. PROF. JÚNIOR GEO()

MEMBROS SUPLENTE

Dep. MOISEMAR MARINHO()
Dep. VANDA MONTEIRO()
Dep. VALDEMAR JÚNIOR()
Dep. OLYNTHO NETO()
Dep. GUTIERRES TORQUATO()